Diário Oficial do MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Itatim

Terça-feira • 13 de Maio de 2025 • Ano XIII • Nº 5044

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

# Sumário

Leis ..... 02 a 64

Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU

## Leis

**Estado da Bahia**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

# LEI Nº 419, DE 12 DE MAIO DE 2025

*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.*

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ITATIM, ESTADO DA BAHIA**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeita do Município, sanciono a seguinte Lei:

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art.1º.** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Itatim para o exercício de 2026, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 62 e 159, da Constituição Estadual, e Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
II – a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
III – a geração de despesa;
IV – as disposições relativas à política e às despesas com pessoal e encargos sociais;
V- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e política de arrecadação de receitas;
VI - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
VII - as disposições finais.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

## CAPÍTULO I

## DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As ações e metas prioritárias para o exercício financeiro de 2026 serão estabelecidas em anexo específico do Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029, as quais terão precedência para alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2026, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 3º - As prioridades e metas poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2026 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

**Art. 2º** - O Poder Público direcionado pelas diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (2026/2029) da inclusão social, qualidade de vida da população; da infraestrutura e desenvolvimento econômico; da gestão pública de excelência, transparente e democrática e da gestão do poder legislativo, terá como prioridades:

I – Desenvolver ações que visem o fortalecimento das políticas públicas de Assistência Social;

II - Investir em políticas públicas para a Educação com o objetivo de oferecer um aprendizado de qualidade e proporcionar aos nossos estudantes um futuro promissor;

III - Promover ações que visem melhoraria do funcionamento da infraestrutura do município;

**Art. 3º** - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 são decorrentes das ações previstas no Plano Plurianual



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

– PPA, 2026/2029, especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**Parágrafo único** – As prioridades e metas poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2026 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

## ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.

### SEÇÃO I

### Das Disposições Gerais

**Art. 4º** A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

§ 1º - A discriminação da receita obedecerá à estrutura e aos conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e também as suas alterações através da **Portaria Conjunta STN/SOF nº 650, de 24 de setembro de 2019** aquela com atualização mantida pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), bem como a Nota técnica STN Ementário da Receita, Portaria Conjunta STN_SOF_ME nº 16 de Fevereiro de 2021, Portaria SOF nº 5.118 de 04 de maio de 2021 e portaria STN nº 831 de 07 de Maio de 2021, atualizada pela Portaria STN nº 923, de 08/07/2021, pela Portaria STN nº 1.128, de 04/11/2021 e pela Portaria STN nº 1.446, de 14/06/2022, pela Portaria STN nº 1.567, de 31/08/2022 (ATO

**Estado da Bahia**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

RETIFICADOR DE 01/09/2022), Portaria STN nº 10.460, de 7/12/2022 e Portaria STN/MF nº 277, de 26/4/2023 e ATO nº 561/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, publicado em 05/08/2023.

§ 2º - A discriminação da despesa será efetuada por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I – classificação institucional:

a) poder;
b) órgão;
c) Entidade;
d) Unidade orçamentária.

II – classificação funcional:

a) função;
b) subfunção;
c) programa;
d) projeto, atividade ou operação especial.

§ 3º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art. 5º** Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II – juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

III – contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV – outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

**Parágrafo único.** As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

**Art. 6º** Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.

**Art. 7º** Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades definidas para o exercício na forma do art. 2º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I – a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II – será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III – não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

**Seção II**

**Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

**Art. 8º** Para fins desta Lei conceituam-se:

I – **função** – o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II – **subfunção** – a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III – **programa** – o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – **atividade** – instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – **projeto** – um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – **operação especial** – as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII – **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII – **órgão –** Entidade integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX – **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um

órgão para outro, pelo total ou saldo;

X – **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI – **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII – **reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto na Lei nº. 4.320/1964.

XIII – **passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV – **créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV – **crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI – **crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII – **crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo,

destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII – **unidade orçamentária** – consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX **– unidade gestora -** Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX – **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI – **alteração do Detalhamento da Despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade.;

XXII – **descentralização de créditos orçamentários –** a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII – **provisão** – ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo

Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV – **descentralização interna**. – é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado a Prefeita ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXV – **descentralização externa** – é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

**Art. 9º.** O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observando o que dispõe a Constituição Federal em seus artigos 211 e 212 e incisos.

**Art. 10.** O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

I – Impostos a que se refere o art. 156 da Constituição Federal;

II – Recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º da Constituição Federal e das transferências a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações Lei Complementar nº 176/20 e suas alterações.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

III – receitas resultantes da cobrança da Dívida Ativa Tributária, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária decorrentes de impostos de que trata o inciso I deste parágrafo.

**Art. 11.** São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º, da Constituição Federal, as despesas relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7° da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, e às seguintes diretrizes:

I – acesso universal e igualitário de que trata o art. 196 da Constituição Federal e observância do princípio da gratuidade estabelecido pelo art. 43 da Lei Federal nº 8.080/90;

II – aplicações em conformidade com as metas e os objetivos explicitados no Plano de Saúde do Município; e

III – responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo em nenhuma hipótese com despesas relativas a outras políticas públicas voltadas para a melhoria dos índices sociais e econômicos em geral – renda, educação, alimentação, saneamento, lazer, habitação, etc. – que apresentem reflexos sobre as condições de saúde.

**Art. 12.** Atendido o que dispõe o Art. 10 da presente Lei e observado o que dispõe a Lei Complementar 141/12, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

I – vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;

II – atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

**Estado da Bahia**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

III – capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV – desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V – produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI – saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações legais;

VII – saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

VIII – manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX – investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X – remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

XI – ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XII – gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

§ 1º - Além de atender aos critérios estabelecidos nos artigos 10 e 11, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio do respectivo Fundo de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT/CF.

§ 2º . – O Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde.

§ 3º - Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada neste artigo.

**Art. 13.** Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 9º e 10 desta Lei, e na Lei Complementar 141/12, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT/CF, as relativas a:

I – pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

II – pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;

III – assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

IV – merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. Anterior;

V – saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI – limpeza urbana e remoção de resíduos;



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

VII – preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII – ações de assistência social;

IX – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X – ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida em Lei ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

**Art. 14.** A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

I – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – informações complementares.

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I – sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;

II – quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III – quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º - Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I – da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

II – da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal e na Lei Complementar 141/12.

III – do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2023;

IV – demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

V – demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na forma do Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

VI – demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6, 7 e 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

**Art. 15.** Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviços da dívida pública municipal;

III – contrapartida de convênios e financiamentos;

IV – projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º- As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

§ 3º - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

**Art. 16.** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, observando o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, e nas áreas de cultura, meio ambiente e outras quando definidas em legislação específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2025 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, observado o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 184 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

**Art. 17.** A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

**Art. 18** – A discriminação da receita obedecerá à estrutura e aos conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e também as suas alterações através Portaria STN/MF nº 277, de 26/4/2023 e ATO nº 561/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, publicado em 05/08/2023.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

**Art. 19.** A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I – dos tributos de sua competência;

II – das transferências constitucionais;

III – das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV – dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V – das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI – da cobrança da dívida ativa;

VII – das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII – dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX – dos recursos para o financiamento da Saúde, definidos pela legislação vigente;

XI – de Emendas Parlamentares;

XII – de outras rendas.

**Art. 20.** Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, alterada pela Portaria SOF nº 67 de 20 de julho de 2012.

§ 2º- Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º- As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 4º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 7º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

**GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA**

1 – Pessoal e Encargos Sociais;
2 – Juros e Encargos da Dívida;
3 – Outras Despesas Correntes;
4 – Investimentos;



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

5 – Inversões Financeiras; e
6 – Amortização da Dívida.

§ 8º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

e) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 9º - A especificação da modalidade de que trata o **§ 8º** observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – governo estadual – **30**;
II – administração municipal – **40;**
III – entidade privada sem fins lucrativos – **50;**
IV – consórcios públicos – **71**;
V – aplicação direta – **90**; ou
VI – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – **91.**

**Art. 21.** A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

**Seção III**

**Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

**Art. 22**. Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º - As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2 º - Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete a administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º - O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, da Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º - A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado a Prefeita ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II – descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 5º - A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

**Seção IV**
**Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações**

**Art. 23.** O Poder Legislativo encaminhará até o dia 15 de agosto de 2025, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I – o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

II – os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

I – Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2025.

**Art. 24.** Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas Propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2025, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 25.** O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 03 de julho de 2025, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na Proposta Orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, especificando:

I – número e data do ajuizamento da ação originária;

II – número e tipo do precatório;

III – tipo da causa julgada;

IV – data da autuação do precatório;

V – nome do beneficiário;

VI – valor a ser pago; e,

VII – data do trânsito em julgado.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
CNPJ n.º 13.866.843/0001-17

**Art. 26.** As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I – Na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II – Acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º. – Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º **–** Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º. – Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º – Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

§ 5º – As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2026 e em seus créditos adicionais.

**Art. 27.** Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III – sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões; ou

b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I – no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II – no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 28.** A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

**Art. 29.** Para fins do disposto no artigo 26 desta Lei, entende-se por:

**Emenda** – proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando

pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser ***aditiva*****,** ***modificativa*****,** ***substitutiva, aglutinativa*** ou ***supressiva;***

**Emenda aditiva** – é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

**Emenda modificativa** – é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

**Emenda substitutiva** – a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

**Emenda aglutinativa** – a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

**Emenda supressiva** – é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

**Subemenda –** é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

**Projeto substitutivo**, ou simplesmente **substitutivo –** denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º - A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

deve ser norteada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º **-** Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, devendo compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita:** "Suprima-se ...".".".".".".", "Onde se lê ...", "Leia-se ...", "Acrescente-se ...", "Dê-se ao art.... a seguinte redação";

c) **contexto,** em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho,** que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem a matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem a alteração proposta.

**Art. 30.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

**Parágrafo único** O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 2000.

**Art. 31.** O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**Parágrafo único.** Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I – mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II – pela seleção dos projetos prioritários, por área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou

III – por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

**Art. 32.** O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 33.** Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os QDDs, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, sendo:

**I –** No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via Decreto, da Prefeita Municipal;

**II –** No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 2º - As Atividades e Projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 3º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os Projetos e Atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 4º - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de categoria da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

**I –** No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto da Prefeita Municipal;

**II –** No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 5º - As fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, são as definidas pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20 de 23 de Fevereiro de 2021, Portaria nº 710

de 25 de Fevereiro de 2021 e suas atualizações.

**Art. 34.** Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 35.** As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 26 desta Lei.

## CAPÍTULO III

## DA GERAÇÃO DA DESPESA

**Art. 36.** Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 36 e 37 desta Lei.

**Art. 37.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois 2 subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I – adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

**Estado da Bahia**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

II – compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do art. 37, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizada.

§ 3º - Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos no art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.

§ 4º – O disposto no art. 36 constitui condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

**Art. 38**. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 37 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

§ 4º - A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º - O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º - Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

## CAPÍTULO IV
## DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 39.** Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

**Parágrafo único.** A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**Art. 40.** Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à

substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

**Parágrafo único.** Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

**Art. 41.** As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2026, com base na folha de pagamento de junho de 2025 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da

Constituição Federal;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

**Art. 42.** A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 41 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

**Parágrafo único.** Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra.

**Art. 43.** Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 41, sem prejuízo das medidas previstas no art. 42 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

**Art. 44.** Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

**Art. 45.** Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I – houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II – for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 41 desta Lei;

III – forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II – a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

**Art. 46.** O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I – educação;

II – saúde;

III – fiscalização fazendária;

IV – assistência à criança e ao adolescente.

## CAPÍTULO V

## DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

**Art. 47.** Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I – adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II – revisões e simplificações da legislação tributária municipal;

III – aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;

IV – geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;

V – estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

## CAPÍTULO VI

## DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

**Seção I**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 48.** A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentável do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

**Art. 49.** A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I – ao endividamento público;

II – ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III – aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV – à administração e gestão financeira.

**Art. 50.** São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 48 desta Lei:

I – o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-la;

II – a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 52 desta Lei;

III – a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV – a limitação e contenção dos gastos públicos;

V – a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;

VI – a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

**Art. 51.** A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

**Seção II**

**Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

**Art. 52.** A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º - Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de

água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria nº 699, de 07 de julho de 2023, da Secretaria do Tesouro Nacional que aprova a 14ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, estabelecendo regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais – ARF, do Anexo de Metas Fiscais – AMF, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º - A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º - O endividamento líquido do Município não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, II, da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

§ 5º - A inobservância do limite estabelecido pela Resolução nº40/2001, do Senado Federal, sujeitará o Município às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 53.** O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observadas as disposições contidas nos artigos 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da

RCL, conforme determina o art. 7º, I, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.

## CAPÍTULO VII

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 54.** Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

**Art. 55.** Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2025, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos;

II – serviços da dívida;

III – despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento especifico;

IV – investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V – contrapartida de Convênios Especiais.

**Parágrafo único.** Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

**Art. 56.** Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua

execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

**Art. 57.** O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**Art. 58.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I – pessoal e encargos;

II – serviços da dívida;

III – decorrentes de financiamentos;

IV – decorrentes de convênios;

V – as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

**Art. 59.** A Proposta Orçamentária deverá conter dotação global denominada Reserva de Contingência, observando o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**§ 1º** A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida do Município apurada no exercício de 2024, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 2º** A dotação referida no caput não terá destinação específica a órgão, unidade orçamentária, ramo, categoria de programação ou grupo de despesa.

**§ 3º** A Reserva de Contingência será utilizada como fonte de recursos para:

I – o atendimento de passivos contingentes;

II – a cobertura de outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

III – a realização de alterações e adequações orçamentárias, mediante abertura de créditos adicionais, nos termos do § 1º do inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**§ 4º** Caso, até o mês de outubro do exercício vigente, o recurso alocado na Reserva de Contingência não tenha sido utilizado para os fins previstos no Anexo dos Riscos Fiscais, poderão ser remanejados para outras finalidades, mediante abertura de créditos adicionais, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 60.** A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 61.** Integrarão a presente Lei os Anexos:

**Anexo I - Macro Ações, Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;**



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

**Anexo II - Metas Fiscais;**

**Anexo III - Riscos Fiscais.**

§ 1º - A fim de dar cumprimento ao que preceitua a LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

**Anexo II - Metas Fiscais**

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

**Anexo III - Riscos Fiscais.**

Anexo dos Riscos Fiscais

§ 2º - Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da atualização do Projeto da Lei do Plano Plurianual 2026/2029



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

e do Projeto da Lei Orçamentária 2026, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

**Art. 62.** Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

**Art. 63.** Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 64.** Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 63 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

**Art. 65.** Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

Gabinete da prefeita do município de Itatim, em 08 de maio de 2025.

**DAIANE SILVA DOS ANJOS**
**PREFEITA MUNICIPAL**



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

**Estado da Bahia**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim - Bahia
**CNPJ n.º** 13.866.843/0001-17

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS**
**(LC Nº 101/2000, § 1º e 2º incisos I e II).**

**Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas fiscais para o período que compreende os anos de, 2026, 2027 e 2028 levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de, 2022, 2023, e 2024 bem como a projetada para o ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado.

I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 4,40 %;
II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 1,7 %;
III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 2,5 %.

A título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação bem como a variação média de crescimento dos três últimos exercícios.

Quanto às despesas, seu crescimento foi projetado segundo os mesmos critérios indicados nos dois itens anteriores, estando as despesas com Pessoal e Encargos de acordo com os limites estabelecidos nos Artigo(s) 19 e 20 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

O item "Outras Despesas Correntes" concentra um volume de gastos compatível com a dimensão da cidade, estando neles computados todos os custos com a manutenção da sede, distritos e povoados, unidades de saúde etc.;

Quanto aos valores estimados para o atendimento dos gastos com o "Serviço da Dívida", que compreende o somatório dos encargos e amortizações, estão dentro dos limites estabelecidos na Resolução Nº 40/2001, do Senado Federal;

A estimativa do "Resultado Primário" e do "Resultado Nominal" foi feita adotando-se os critérios estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - 14ª edição, publicada em 5/12/2024 - 2024, tomando como base o comportamento das receitas e despesas de 2022 a 2024.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NZFERTAYMJG2NUQYQJDBRU
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM - BAHIA**
Rua da Linha, S/N – Centro – Itatim – Bahia. CEP: 46875-000
CNPJ n.º 13.866.843/0001-17
**ESTIMATIVA DE RECEITA PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

| Código | Descrição | PREVISTA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
| 10000000000000 | Receitas Correntes | 77.054.449,69 | 89.223.752,20 | 110.603.125,34 | 123.990.291,00 | 129.433.113,43 | 134.583.819,48 | 139.630.712,71 |
| 11000000000000 | Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 4.903.857,79 | 6.449.945,35 | 7.555.611,28 | 7.912.957,00 | 8.248.376,74 | 8.578.311,81 | 8.899.998,50 |
| 11100000000000 | Impostos | 4.054.320,81 | 5.010.312,33 | 6.127.497,41 | 5.948.952,00 | 6.197.955,52 | 6.445.873,74 | 6.687.594,00 |
| 11125000000000 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | 253.259,36 | 271.706,69 | 219.605,73 | 65.312,00 | 68.185,73 | 70.913,16 | 73.572,40 |
| 11125001000000 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal | 143.780,47 | 168.561,37 | 167.475,48 | 11.640,00 | 12.152,16 | 12.638,25 | 13.112,18 |
| 11125002000000 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros de Mora | 834,99 | 719,52 | 166,83 | 1.000,00 | 1.044,00 | 1.085,76 | 1.126,48 |
| 11125003000000 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Dívida Ativa | 87.687,72 | 77.754,35 | 31.036,06 | 30.294,00 | 31.626,94 | 32.892,01 | 34.125,46 |
| 11125004000000 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 20.956,18 | 24.671,45 | 20.927,36 | 22.378,00 | 23.362,63 | 24.297,14 | 25.208,28 |
| 11125300000000 | Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | 153.461,14 | 156.872,69 | 136.657,43 | 196.764,00 | 205.421,62 | 213.638,48 | 221.649,92 |
| 11125301000000 | Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – Principal | 153.461,14 | 156.872,69 | 136.657,43 | 196.764,00 | 205.421,62 | 213.638,48 | 221.649,92 |
| 11130300000000 | Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte | 1.423.763,55 | 1.483.415,37 | 2.468.846,75 | 2.061.553,00 | 2.139.510,96 | 2.225.091,40 | 2.308.532,33 |
| 11130310000000 | Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Trabalho | 1.194.372,42 | 977.654,12 | 1.677.210,70 | 986.360,00 | 1.029.759,84 | 1.070.950,23 | 1.111.110,87 |
| 11130311000000 | Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Trabalho – Principal | 1.194.372,42 | 977.654,12 | 1.677.210,70 | 986.360,00 | 1.029.759,84 | 1.070.950,23 | 1.111.110,87 |
| 11130321000000 | Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Capital | | | | 12.213,00 | 12.750,37 | 13.260,39 | 13.757,65 |
| 11130340000000 | Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Outros Rendimentos | 229.391,13 | 505.761,25 | 791.636,05 | 1.062.980,00 | 1.109.751,12 | 1.154.141,16 | 1.197.421,46 |
| 11130341000000 | Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Outros Rendimentos – Principal | 229.391,13 | 505.761,25 | 791.636,05 | 1.062.980,00 | 1.109.751,12 | 1.154.141,16 | 1.197.421,46 |
| 11145000000000 | Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços | 2.223.836,76 | 3.098.317,58 | 3.302.387,50 | 3.625.323,00 | 3.784.837,21 | 3.936.230,70 | 4.083.839,35 |
| 11145110000000 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN | 2.018.849,88 | 2.808.778,09 | 2.868.468,24 | 3.109.454,00 | 3.246.269,98 | 3.376.120,78 | 3.502.725,30 |
| 11145111000000 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – Principal | 2.018.849,88 | 2.758.347,25 | 2.864.794,67 | 3.105.282,00 | 3.241.914,41 | 3.371.590,98 | 3.498.025,65 |
| 11145112000000 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – Multas e Juros de Mora | - | 50.430,84 | 3.673,57 | 2.172,00 | 2.267,57 | 2.358,27 | 2.446,71 |
| 11145113000000 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – Dívida Ativa | - | - | - | 1.000,00 | 1.044,00 | 1.085,76 | 1.126,48 |
| 11145114000000 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | - | - | - | 1.000,00 | 1.044,00 | 1.085,76 | 1.126,48 |
| 11145198000000 | SNA - Simples Nacional | 204.986,88 | 289.539,49 | 433.919,26 | 515.869,00 | 538.567,24 | 560.109,93 | 581.114,05 |
| 11200000000000 | Taxas | 349.705,37 | 444.264,17 | 438.349,15 | 714.971,00 | 746.429,72 | 776.286,91 | 805.397,67 |
| 11210000000000 | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 348.755,48 | 434.317,44 | 427.866,22 | 704.290,00 | 735.278,76 | 764.689,91 | 793.365,78 |
| 11210100000000 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 101.820,05 | 129.592,70 | 154.624,22 | 197.902,00 | 206.609,69 | 214.874,08 | 222.931,85 |
| 11210101000000 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Principal | 101.771,29 | 128.402,00 | 152.111,50 | 191.363,00 | 199.782,97 | 207.774,29 | 215.565,83 |
| 11210102000000 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Multas e Juros de Mora | 48,76 | 1.190,70 | 2.512,72 | 4.539,00 | 4.738,72 | 4.928,26 | 5.113,07 |
| 11210103000000 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Dívida Ativa | - | - | - | 1.000,00 | 1.044,00 | 1.085,76 | 1.126,48 |
| 11210104000000 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | - | - | - | 1.000,00 | 1.044,00 | 1.085,76 | 1.126,48 |
| 11210220000000 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF – Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais | 238.935,43 | 277.808,84 | 247.311,74 | 454.479,00 | 474.476,08 | 493.455,12 | 511.959,69 |
| 11210221000000 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF – Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais – Principal | 144.673,39 | 210.346,98 | 224.027,28 | 425.493,00 | 444.214,69 | 461.983,28 | 479.307,65 |
| 11210222000000 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF – Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais – Multas e Juros de Mora | 3.939,32 | 3.645,87 | 3.216,77 | 5.454,00 | 5.693,98 | 5.921,74 | 6.143,80 |
| 11210223000000 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF – Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais – Dívida Ativa | 73.127,29 | 43.197,22 | 12.985,22 | 17.013,00 | 17.761,57 | 18.472,03 | 19.164,74 |
| 11210224000000 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF – Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 17.195,43 | 20.618,77 | 7.082,47 | 6.519,00 | 6.805,84 | 7.078,07 | 7.343,50 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **11210400000000** | **Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental** | **8.000,00** | **18.225,44** | **16.056,36** | **41.030,00** | **42.835,32** | **44.548,73** | **46.219,31** |
| 11210401000000 | Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental − Principal | 8.000,00 | 18.225,44 | 16.056,36 | 41.030,00 | **42.835,32** | 44.548,73 | **46.219,31** |
| **11215001000000** | **Taxa de fiscalização de Vigilância Sanitaria-** | **-** | **8.690,46** | **9.873,90** | **10.879,00** | **11.357,68** | **11.811,98** | **12.254,93** |
| 11215001000001 | Taxa de fiscalização de Vigilância Sanitaria- Principal | - | 8.690,46 | 9.873,90 | 10.879,00 | **11.357,68** | 11.811,98 | **12.254,93** |
| **11220000000000** | **Taxas pela Prestação de Serviços** | **949,89** | **9.946,73** | **10.482,93** | **8.681,00** | **9.062,96** | **9.425,48** | **9.778,94** |
| **11220100000000** | **Taxas pela Prestação de Serviços em Geral** | **949,89** | **9.946,73** | **10.482,93** | **8.681,00** | **9.062,96** | **9.425,48** | **9.778,94** |
| 11220101000000 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral − Principal | 949,89 | 9.946,73 | 10.482,93 | 8.681,00 | **9.062,96** | 9.425,48 | **9.778,94** |
| **11225000000000** | **Taxas Judiciais** | **-** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| 11225001000000 | Taxas Judiciais − Principal | - | - | - | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| **11225100000000** | **Taxas Extrajudiciais** | **-** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| 11225101000000 | Taxas Extrajudiciais − Principal | - | | - | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| **11300000000000** | **Contribuição de Melhoria** | **499.831,61** | **995.368,85** | **989.764,72** | **1.249.034,00** | **1.303.991,50** | **1.356.151,16** | **1.407.006,82** |
| **11315100000000** | **Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade** | **499.831,61** | **995.368,85** | **989.764,72** | **1.249.034,00** | **1.303.991,50** | **1.356.151,16** | **1.407.006,82** |
| 11315101000000 | Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade − Principal | 499.831,61 | 995.368,85 | 989.764,72 | 1.249.034,00 | **1.303.991,50** | 1.356.151,16 | **1.407.006,82** |
| **12000000000000** | **Contribuições** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **12415000000000** | **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 12415001000000 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública − Principal | - | - | | - | - | - | - |
| **13000000000000** | **Receita Patrimonial** | **861.872,47** | **691.673,19** | **1.382.882,87** | **1.545.975,00** | **1.613.997,90** | **1.678.557,82** | **1.741.503,73** |
| **13200000000000** | **Valores Mobiliários** | **861.872,47** | **691.673,19** | **1.382.882,87** | **1.545.975,00** | **1.613.997,90** | **1.678.557,82** | **1.741.503,73** |
| **13210000000000** | **Juros e Correções Monetárias** | **861.872,47** | **691.673,19** | **1.382.882,87** | **1.545.975,00** | **1.613.997,90** | **1.678.557,82** | **1.741.503,73** |
| **13210100000000** | **Remuneração de Depósitos Bancários** | **861.872,47** | **691.673,19** | **1.382.882,87** | **1.545.975,00** | **1.613.997,90** | **1.678.557,82** | **1.741.503,73** |
| **13210101000000** | **Remuneração de Depósitos Bancários − Principal** | **861.872,47** | **691.673,19** | **1.382.882,87** | **1.545.975,00** | **1.613.997,90** | **1.678.557,82** | **1.741.503,73** |
| 13210101000001 | Remuneração de Depósitos Bancários − Royalties | 7.130,48 | 2.721,86 | 2.049,09 | 2.616,00 | **2.731,10** | 2.840,35 | **2.946,86** |
| 13210101000002 | Remuneração de Depósitos Bancários − FUNDEB | 281.284,63 | 139.863,40 | 448.129,94 | 458.600,00 | **478.778,40** | 497.929,54 | **516.601,89** |
| 13210101000003 | Remuneração de Depósitos Bancários − Fundo de Saúde | 19.558,86 | 105.886,36 | 282.934,81 | 179.307,00 | **187.196,51** | 194.684,37 | **201.985,03** |
| 13210101000004 | Remuneração de Depósitos Bancários − Manutenção de Desenvolvimento do Ensino | 12.907,21 | 1.527,90 | 10.535,83 | 19.482,00 | **20.339,21** | 21.152,78 | **21.946,01** |
| 13210101000005 | Remuneração de Depósitos Bancários − Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS | 143.367,43 | 17.116,16 | 104.438,84 | 112.566,00 | **117.518,90** | 122.219,66 | **126.802,90** |
| 13210101000006 | Remuneração de Depósitos Bancários − Contribuições de Intervenção mo Dominio Economico - CIDE | 2.075,15 | 170,52 | 1.086,02 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| 13210101000007 | Remuneração de Depósitos Bancários − Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 2.365,88 | 6.144,10 | 5.225,70 | 8.440,00 | **8.811,36** | 9.163,81 | **9.507,46** |
| 13210101000008 | Remuneração de Depósitos Bancários − QSE - Principal | 17.665,96 | 3.281,84 | 21.021,77 | 19.339,00 | **20.189,92** | 20.997,51 | **21.784,92** |
| 13210101000009 | Remuneração de Depósitos Bancários − Recursos Vinculados - FCBA - Principal | 5,98 | 7,09 | 6,30 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| 13210101000010 | Remuneração de Depósitos Bancários − Recursos Vinculados - FEAS - Principal | 1.543,41 | 1.891,44 | 3.491,76 | 2.698,00 | **2.816,71** | 2.929,38 | **3.039,23** |
| 13210101000011 | Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados a Educação - FNDE | 18.176,59 | 15.225,78 | 53.740,81 | 64.458,00 | **67.294,15** | 69.985,92 | **72.610,39** |
| 13210101000012 | Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados - Demais Recursos Vinculados-Principal | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| 13210101000013 | Remuneração de Depósitos Bancários − Convênios Vinculados a Educação | 152,63 | 5.263,64 | 1.781,53 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| 13210101000014 | Remuneração de Depósitos Bancários − Convênios Vinculados a Saúde | 126.515,96 | 108.667,93 | 81.108,78 | 74.598,00 | **77.880,31** | 80.995,52 | **84.032,86** |
| 13210101000015 | Remuneração de Depósitos Bancários − Outros Convênios | 60.709,06 | 41.934,82 | 59.245,66 | 238.027,00 | **248.500,19** | 258.440,20 | **268.131,70** |
| 13210101000016 | Remuneração de Depósitos Bancários − Cessão Onerosa - Pré Sal | - | 77,24 | 66,99 | - | - | - | - |
| 13210101000017 | Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Especiais da União - F55 | 44.006,96 | 108.230,18 | 153.110,16 | 223.894,00 | **233.745,34** | 243.095,15 | **252.211,22** |
| 13210101000018 | Remuneração de Depósitos Bancários − Operações de Créditos Internas | 61.859,36 | 69.950,56 | 35.280,40 | 23.879,00 | **24.929,68** | 25.926,86 | **26.899,12** |
| 13210101000019 | Remuneração de Depósitos Bancários − Recursos Vinculados a Lei Aldir Blanc | 0,74 | - | 7.850,95 | 6.786,00 | **7.084,58** | 7.367,97 | **7.644,27** |
| 13210101000020 | Remuneração de Depósitos Bancários − Outros Convênios do Estado | - | 168,28 | 49,36 | 1.038,00 | **1.083,67** | 1.127,02 | **1.169,28** |
| 13210101000021 | Remuneração de Depósitos Bancários − LC Paulo Gustavo - Art. 5° | - | 3.898,22 | 326,60 | - | - | - | - |
| 13210101000022 | Remuneração de Depósitos Bancários − LC Paulo Gustavo - Art. 8° | - | 1.559,25 | 123,20 | - | - | - | - |
| 13210101000023 | Remuneração de Depósitos Bancários − Piso Dos Enfermeiros Rec. Federal | - | 8.154,17 | 10.190,44 | 9.980,00 | **10.419,12** | 10.835,88 | **11.242,23** |
| 13210101000024 | Remuneração de Depósitos Bancários − Recursos do Sus Governo estadual | | | 4.921,86 | 1.038,00 | **1.083,67** | 1.127,02 | **1.169,28** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13210101000025 | Remuneração de Depósitos Bancários − PNAE | - | - | 3.804,93 | 4.076,00 | **4.255,34** | 4.425,56 | **4.591,52** |
| 13210101000025 | Remuneração de Depósitos Bancários − PNATE | - | - | 2.790,92 | 2.630,00 | **2.745,72** | 2.855,55 | **2.962,63** |
| 13210101000026 | Remuneração de Depósitos Bancários − Compensação Financeira | - | - | 932,22 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| 13210101000026 | Remuneração de Depósitos Bancários − Contribuição melhoria iluminação | | | 3.375,39 | 3.357,00 | **3.504,71** | 3.644,90 | **3.781,58** |
| 13210101000027 | Remuneração de Depósitos Bancários − Agente endemias | | | | 1.038,00 | **1.083,67** | 1.127,02 | **1.169,28** |
| 13210101000028 | Remuneração de Depósitos Bancários − Taxas e Constribuições | | | | 1.038,00 | **1.083,67** | 1.127,02 | **1.169,28** |
| 13210101000099 | Remuneração de Outros Depósito de Recurso não Vinculado | 62.546,17 | 49.932,44 | 85.262,59 | 82.090,00 | **85.701,96** | 89.130,04 | **92.472,41** |
| **16000000000000** | **Receita de Serviços** | **1.246,99** | **3.411,64** | **1.117,32** | **2.000,00** | **2.088,00** | **2.171,52** | **2.252,95** |
| **16100000000000** | **Serviços Administrativos e Comerciais Gerais** | **1.246,99** | **3.411,64** | **1.117,32** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| **16110000000000** | **Serviços Administrativos e Comerciais Gerais** | **1.246,99** | **3.411,64** | **1.117,32** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| **16110100000000** | **Serviços Administrativos e Comerciais Gerais** | **1.246,99** | **3.411,64** | **1.117,32** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| 16110101000000 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais − Principal | 1.246,99 | 3.411,64 | 1.117,32 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| **16110200000000** | **Inscrição em Concursos e Processos Seletivos** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 16110201000000 | Inscrição em Concursos e Processos Seletivos − Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **16300000000000** | **Serviços e Atividades Referentes à Saúde** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **16310000000000** | **Serviços de Atendimento à Saúde** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **16315000000000** | **Serviços Hospitalares** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 16315001000000 | Serviços Hospitalares − Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **16900000000000** | **Outros Serviços** | **-** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| **16990000000000** | **Outros Serviços** | **-** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| **16999900000000** | **Outros Serviços** | **-** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| 16999901000000 | Outros Serviços − Principal | - | - | - | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| **17000000000000** | **Transferências Correntes** | **71.207.066,42** | **82.074.090,96** | **101.569.627,74** | **114.440.642,00** | **119.476.030,25** | **124.228.452,97** | **128.887.019,95** |
| **17100000000000** | **Transferências da União e de suas Entidades** | **48.190.954,04** | **56.316.713,05** | **69.143.696,56** | **80.215.876,00** | **83.745.374,54** | **87.068.571,03** | **90.333.642,45** |
| **17110000000000** | **Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União** | **26.792.108,95** | **27.662.724,09** | **32.221.811,16** | **38.877.065,00** | **40.587.655,86** | **42.211.162,09** | **43.794.080,67** |
| **17115100000000** | **Cota−Parte do Fundo de Participação dos Municípios − FPM** | **26.784.209,96** | **27.655.760,83** | **32.206.267,04** | **38.848.796,00** | **40.558.143,02** | **42.180.468,74** | **43.762.236,32** |
| **17115110000000** | **Cota−Parte do Fundo de Participação dos Municípios − Cota Mensal** | **24.517.508,64** | **25.445.645,68** | **29.192.531,56** | **36.345.806,00** | **37.945.021,46** | **39.462.822,32** | **40.942.678,16** |
| 17115111000000 | Cota−Parte do Fundo de Participação dos Municípios − Cota Mensal − Principal | 24.517.508,64 | 25.445.645,68 | 29.192.531,56 | 36.345.806,00 | **37.945.021,46** | 39.462.822,32 | **40.942.678,16** |
| **17115120000000** | **Cota−Parte do Fundo de Participação do Municípios − Cotas Extraordinárias** | **2.266.701,32** | **2.210.115,15** | **3.013.735,48** | **2.502.990,00** | **2.613.121,56** | **2.717.646,42** | **2.819.558,16** |
| 17115121000000 | Cota−Parte do Fundo de Participação do Municípios − Extraordinárias | 2.266.701,32 | 2.210.115,15 | 3.013.735,48 | 2.502.990,00 | **2.613.121,56** | 2.717.646,42 | **2.819.558,16** |
| **17115130000000** | **Cota−Parte do Fundo de Participação dos Municípios − 1% Cota entregue no mês de julho** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17115131000000 | Cota−Parte do Fundo de Participação dos Municípios − 1% Cota entregue no mês de julho − Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **17115200000000** | **Cota−Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural** | **7.898,99** | **6.963,26** | **15.544,12** | **28.269,00** | **29.512,84** | **30.693,35** | **31.844,35** |
| 17115201000000 | Cota−Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural − Principal | 7.898,99 | 6.963,26 | 15.544,12 | 28.269,00 | **29.512,84** | 30.693,35 | **31.844,35** |
| **17120000000000** | **Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais** | **892.708,05** | **559.516,38** | **607.068,47** | **689.686,00** | **720.032,18** | **748.833,47** | **776.914,73** |
| **17125100000000** | **Cota−parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais − CFEM** | **2.759,39** | **12.845,46** | **25.909,81** | **27.679,00** | **28.896,88** | **30.052,75** | **31.179,73** |
| 17125101000001 | Cota−parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais − CFEM − Principal | 2.759,39 | 12.845,46 | 25.909,81 | 27.679,00 | **28.896,88** | 30.052,75 | **31.179,73** |
| **17125200000000** | **Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo** | **612.878,23** | **546.670,92** | **581.158,66** | **662.007,00** | **691.135,31** | **718.780,72** | **745.735,00** |
| **17125210000000** | **Cota−parte da Compensação Financeira pela Produção de Petroleo − Lei nº 7.990** | **19.365,68** | **8.983,56** | **3.575,93** | **8.817,00** | **9.204,95** | **9.573,15** | **9.932,14** |
| 17125211000000 | Cota−parte da Compensação Financeira pela Produção de Petroleo − Lei nº 7.990 | 19.365,68 | 8.983,56 | 3.575,93 | 8.817,00 | **9.204,95** | 9.573,15 | **9.932,14** |
| **17125230000000** | **Cota−parte pela Participação Especial − Lei nº 9.478/97, artigo 50** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17125231000000 | Cota−parte pela Participação Especial − Lei nº 9.478/97, artigo 50 − Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **17125240000000** | **Cota−Parte do Fundo Especial do Petróleo − FEP** | **593.512,55** | **537.687,36** | **577.582,73** | **653.190,00** | **681.930,36** | **709.207,57** | **735.802,86** |
| 17125241000000 | Cota−Parte do Fundo Especial do Petróleo − FEP − Principal | 593.512,55 | 537.687,36 | 577.582,73 | 653.190,00 | **681.930,36** | 709.207,57 | **735.802,86** |
| **17129900000000** | **Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais** | **277.070,43** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17129901000000 | Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela | 277.070,43 | - | - | | - | - | - |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **17130000000000** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde − SUS** | **7.694.709,20** | **13.415.545,52** | **13.157.765,75** | **14.244.850,00** | **14.871.623,40** | **15.439.869,84** | **16.018.864,96** |
| **17135000000000** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde − SUS − Repasses Fundo a Fundo − Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde** | **7.689.587,16** | **13.415.545,52** | **13.157.765,75** | **14.244.850,00** | **14.871.623,40** | **15.439.869,84** | **16.018.864,96** |
| **17135010000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Atenção Primária** | **5.487.486,06** | **9.236.910,16** | **8.636.423,38** | **9.141.930,00** | **9.544.174,92** | **9.925.941,92** | **10.298.164,74** |
| 17135011000001 | PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde | 1.008.576,00 | 1.230.336,00 | 1.321.632,00 | 1.468.963,00 | **1.533.597,37** | 1.594.941,27 | **1.654.751,56** |
| 17135011000002 | Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde | 33.000,00 | 33.000,00 | 36.000,00 | 37.090,00 | **38.721,96** | 40.270,84 | **41.780,99** |
| 17135011000003 | Incentivo para Ações Estratégicas | 257.188,36 | 317.170,05 | 18.798,25 | 30.403,00 | **31.740,73** | 33.010,36 | **34.248,25** |
| 17135011000004 | Programa de Informatização da APS | 142.800,00 | 142.800,00 | 47.600,00 | 148.326,00 | **154.852,34** | 161.046,44 | **167.085,68** |
| 17135011000005 | Incentivo Financeiro da APS - Desempenho | 255.061,52 | 294.459,07 | 92.713,29 | - | - | - | - |
| 17135011000006 | Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada | 1.689.912,68 | 1.707.740,28 | 547.316,52 | - | - | - | - |
| 17135011000007 | Incremento PAP - Emenda Individual | 2.000.000,00 | - | 1.100.000,00 | 1.200.000,00 | **1.252.800,00** | 1.302.912,00 | **1.351.771,20** |
| 17135011000007 | Incentivo Financeiro da APS - Saúde da familia / ESF | | | 1.593.676,00 | 2.443.022,00 | **2.550.514,97** | 2.652.535,57 | **2.752.005,65** |
| 17135011000007 | Incentivo Financeiro da APS - Componente per capita de Base populacional | | | 93.635,16 | 97.259,00 | **101.538,40** | 105.599,93 | **109.559,93** |
| 17135011000008 | Incremento Temporário Custeio dos Serviços de APS - Emenda de comissão | - | 1.870.404,76 | 3.022.899,00 | 3.138.952,00 | **3.277.065,89** | 3.408.148,52 | **3.535.954,09** |
| 17135011000009 | Incentivo Financeiro da APS - Equipe Multiprofissionais | - | 3.641.000,00 | 179.000,00 | 4.500,00 | **4.698,00** | 4.885,92 | **5.069,14** |
| 17135011000010 | Incentivo Financeiro para Atenção à Saúde Bucal | - | - | 583.153,16 | 573.415,00 | **598.645,26** | 622.591,07 | **645.938,24** |
| **17135011990000** | **Outras Transferências - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária** | **100.947,50** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17135011990001 | Outras Transferências - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária | 100.947,50 | - | - | - | - | - | - |
| **17135020000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Atenção Especializada** | **1.831.083,44** | **3.075.004,94** | **2.990.678,84** | **3.626.304,00** | **3.785.861,38** | **3.937.295,83** | **4.084.944,42** |
| **171350210000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Atenção Especializada − Principal** | **1.831.083,44** | **3.075.004,94** | **2.990.678,84** | **3.626.304,00** | **3.785.861,38** | **3.937.295,83** | **4.084.944,42** |
| 17135020000001 | Serviço de Atendimento Móvel - SAMU | 263.028,00 | 295.906,50 | 341.936,40 | 348.194,00 | **363.514,54** | 378.055,12 | **392.232,18** |
| 17135020000002 | Atenção a Saúde da População para Procedimentos no MAC | 918.055,44 | 979.098,44 | 1.017.463,44 | 1.083.700,00 | **1.131.382,80** | 1.176.638,11 | **1.220.762,04** |
| 17135020000003 | Incremento Temporário do Limite Financeiro do MAC | 650.000,00 | - | | 500.000,00 | **522.000,00** | 542.880,00 | **563.238,00** |
| 17135020000004 | Incremento Temporário ao Custeio dos Serviço de MAC - Portaria 544 | - | 1.200.000,00 | 1.631.279,00 | 1.694.410,00 | **1.768.964,04** | 1.839.722,60 | **1.908.712,20** |
| 17135020000005 | Incremento Temporário ao Custeio dos Serviço de Média e Alta | - | 600.000,00 | | - | - | - | - |
| 17135020000099 | Outras Transf. de Rec. do Bl. de Manut. das Ações e Serv. Públicos de Saúde − At. Espec. | - | - | - | - | - | - | - |
| **17135030000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Vigilância em Saúde** | **245.029,18** | **309.569,40** | **375.788,24** | **379.017,00** | **395.693,75** | **411.521,50** | **426.953,55** |
| **17135031000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Vigilância em Saúde - Principal** | **245.029,18** | **309.569,40** | **375.788,24** | **379.017,00** | **395.693,75** | **411.521,50** | **426.953,55** |
| 17135031000001 | Incetivo Financeiro para Execução de Ações de Vigilância Sanitária | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.452,00 | **12.999,89** | 13.519,88 | **14.026,88** |
| 17135031000002 | Incetivo Financeiro para Agentes de Combate às Endemias | 172.298,71 | 190.008,00 | 235.320,00 | 244.583,00 | **255.344,65** | 265.558,44 | **275.516,88** |
| 17135031000003 | Incetivo Financeiro para Execução de Ações de a Vilância em Saúde - Despesas Diversas | 60.730,47 | 107.561,40 | 128.468,24 | 121.982,00 | **127.349,21** | 132.443,18 | **137.409,80** |
| **17135040000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Assistência Farmacêutica** | **125.988,48** | **98.922,00** | **160.825,60** | **125.056,00** | **130.558,46** | **135.780,80** | **140.872,58** |
| **17135041000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde − Assistência Farmacêutica - Principal** | **125.988,48** | **98.922,00** | **160.825,60** | **125.056,00** | **130.558,46** | **135.780,80** | **140.872,58** |
| 17135041000001 | Promoção da Assistência Farmacêutica | 86.922,00 | 86.922,00 | 160.825,60 | 125.056,00 | **130.558,46** | 135.780,80 | **140.872,58** |
| 17135041000002 | Promoção da Assistência Farmacêutica Básica no SUS - Qualifar | 39.066,48 | 12.000,00 | | - | - | - | - |
| **17135050000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS** | **-** | **695.139,02** | **994.049,69** | **972.543,00** | **1.015.334,89** | **1.029.329,80** | **1.067.929,66** |
| 17135050000001 | Assistência Financeira Complementar - Piso enfermeiros | - | 695.139,02 | 909.483,71 | 948.027,00 | **989.740,19** | 1.029.329,80 | **1.067.929,66** |
| 17135051000002 | Transformação Digital no SUS | | | 84.565,98 | 24.516,00 | **25.594,70** | 26.618,49 | **27.616,69** |
| **17135190000000** | **Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde − Outros Programas** | **5.122,04** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **17135190000100** | **Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde − Outros Programas - Principal** | **5.122,04** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17135190000199 | Outras Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde | 5.122,04 | - | - | - | - | - | - |
| **17140000000000** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE** | **1.244.828,83** | **1.714.727,89** | **3.147.951,11** | **3.996.833,00** | **4.172.693,65** | **4.339.601,40** | **4.502.336,45** |
| **17145000000000** | **Transferências do Salário-Educação** | **562.136,91** | **656.681,96** | **2.156.453,76** | **2.268.754,00** | **2.368.579,18** | **2.463.322,34** | **2.555.696,93** |
| 17145001000000 | Transferências do Salário-Educação – Principal | 562.136,91 | 656.681,96 | 2.156.453,76 | 2.268.754,00 | **2.368.579,18** | 2.463.322,34 | **2.555.696,93** |
| **17145100000000** | **Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17145101000000 | Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **17145200000000** | **Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** | **382.824,00** | **508.472,00** | **562.138,00** | **595.023,00** | **621.204,01** | **646.052,17** | **670.279,13** |
| 17145201000000 | Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Principal | 382.824,00 | 508.472,00 | 562.138,00 | 595.023,00 | **621.204,01** | 646.052,17 | **670.279,13** |
| **17145300000000** | **Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE** | **299.867,92** | **261.726,10** | **228.776,40** | **292.370,00** | **305.234,28** | **317.443,65** | **329.347,79** |
| 17145301000000 | Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE – Principal | 299.867,92 | 261.726,10 | 228.776,40 | 292.370,00 | **305.234,28** | 317.443,65 | **329.347,79** |
| **17149800000000** | **Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação** | **-** | **287.847,83** | **200.582,95** | **840.686,00** | **877.676,18** | **912.783,23** | **947.012,60** |
| 17149811000000 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - Principal | - | 287.847,83 | 200.582,95 | 840.686,00 | **877.676,18** | 912.783,23 | **947.012,60** |
| **17150000000000** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB** | **11.179.616,32** | **11.366.778,08** | **19.362.609,37** | **21.271.627,00** | **22.207.578,59** | **23.095.881,73** | **23.961.977,30** |
| **17155000000000** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT** | **5.063.306,05** | **5.921.629,34** | **12.059.013,37** | **13.797.000,00** | **14.404.068,00** | **14.980.230,72** | **15.541.989,37** |
| 17155001000000 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT | 5.063.306,05 | 5.921.629,34 | 12.059.013,37 | 13.797.000,00 | **14.404.068,00** | 14.980.230,72 | **15.541.989,37** |
| **17155100000000** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF** | **6.116.310,27** | **5.445.148,74** | **7.303.596,00** | **7.474.627,00** | **7.803.510,59** | **8.115.651,01** | **8.419.987,92** |
| 17155101000000 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF – Principal | 6.116.310,27 | 5.445.148,74 | 7.303.596,00 | 7.474.627,00 | **7.803.510,59** | 8.115.651,01 | **8.419.987,92** |
| **17155200000000** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17155201000000 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR – Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **17160000000000** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS** | **191.352,38** | **638.128,54** | **318.733,46** | **473.384,00** | **494.212,90** | **513.981,41** | **533.255,71** |
| **17165000000000** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS** | **191.352,38** | **638.128,54** | **318.733,46** | **473.384,00** | **494.212,90** | **513.981,41** | **533.255,71** |
| **17165001000000** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – Principal** | **191.352,38** | **638.128,54** | **318.733,46** | **473.384,00** | **494.212,90** | **513.981,41** | **533.255,71** |
| 17165001000001 | PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | 46.388,97 | 98.529,66 | 73.197,42 | 89.219,00 | **93.144,64** | 96.870,42 | **100.503,06** |
| 17165001000002 | PSB - Piso Básico Fixo | 29.273,72 | 58.757,33 | 49.038,03 | 69.022,00 | **72.058,97** | 74.941,33 | **77.751,63** |
| 17165001000003 | Programa Auxílio Família | - | 131.913,41 | 184.498,01 | 211.373,00 | **220.673,41** | 229.500,35 | **238.106,61** |
| 17165001000004 | Índice de Gestão Descentralizada IGD SUAS | - | - | - | - | - | - | - |
| 17165001000005 | Índice de Gestão Descentralizada IGDBF | 115.689,69 | - | - | - | - | - | - |
| 17165001000098 | Transferência Estruturação dos Serviços do SUAS Custeio - Portaria MDS 886 | - | 325.000,00 | | - | - | - | - |
| 17165001000099 | Outras Transferências do FNAS | - | 23.928,14 | 12.000,00 | 103.770,00 | **108.335,88** | 112.669,32 | **116.894,41** |
| **17170000000000** | **Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades** | **-** | **-** | **-** | **477.500,00** | **498.510,00** | **518.450,40** | **537.892,29** |
| **17170100000000** | **Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades** | **-** | **-** | **-** | **477.500,00** | **498.510,00** | **518.450,40** | **537.892,29** |
| 17170101000000 | Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades – Principal | - | - | - | 477.500,00 | **498.510,00** | 518.450,40 | **537.892,29** |
| **17190000000000** | **Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades** | **195.630,31** | **-** | **327.757,24** | | | | |
| **17195100000000** | **Transferências Especial da União** | **27.205,20** | **-** | **150.000,00** | **-** | **-** | **-** | **-** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17195101000000 | Transferência Especial da União - Principal | 27.205,20 | - | 150.000,00 | - | - | - | - |
| **17195800000000** | **Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n° 176/2020** | **-** | **-** | **32.978,40** | **34.255,00** | **35.762,22** | **37.192,71** | **38.587,44** |
| 17195801000000 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n° 176/2020 -Principal | - | - | 32.978,40 | 34.255,00 | **35.762,22** | 37.192,71 | **38.587,44** |
| **17199901000000** | **Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades – Principal** | **168.425,11** | **959.292,55** | **144.778,84** | **184.931,00** | **193.067,96** | **200.790,68** | **208.320,33** |
| 17199901000001 | REN - Fundos de Rendimentos | 4.038,86 | 7.145,55 | 7.507,01 | | - | - | - |
| 17199901000002 | FEX - Auxilio Financeiro para o Fomento Exportações | - | - | - | - | - | - | - |
| 17199901000003 | AFM - Apoio Financeiro aos Municipios | - | 617.719,52 | | - | - | - | - |
| 17199901000004 | Transferências Política Nacional Aldir Ianc Fomento à Cultura - Lei n° 14.399 | 150.000,00 | 150.000,00 | 137.271,83 | - | - | - | - |
| 17199901000005 | Outras transferências de recursos da UNIÃO | - | 28.141,92 | | 184.931,00 | **193.067,96** | 200.790,68 | **208.320,33** |
| 17199901000005 | LC Paulo Gustavo n° 195/2022 Art. 5° | - | 111.228,43 | | - | - | - | - |
| 17199901000006 | LC Paulo Gustavo n° 195/2022 Art. 8° | - | 45.057,13 | | - | - | - | - |
| 17199901000099 | Demais Transferências da União | 14.386,25 | - | - | | - | - | - |
| **17200000000000** | **Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades** | **6.610.277,16** | **7.909.359,00** | **9.755.484,85** | **10.604.198,00** | **11.070.782,71** | **11.513.614,02** | **11.945.374,55** |
| **17210000000000** | **Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal** | **6.321.263,16** | **6.873.659,23** | **9.010.105,73** | **9.484.530,00** | **9.901.849,32** | **10.297.923,29** | **10.684.095,42** |
| 17215001000000 | Cota-Parte do ICMS – Principal | 5.556.499,15 | 5.902.348,89 | 7.967.518,68 | 8.484.156,00 | **8.857.458,86** | 9.211.757,22 | **9.557.198,11** |
| 17215101000000 | Cota-Parte do IPVA – Principal | 721.139,85 | 934.794,14 | 965.010,99 | 925.748,00 | **966.480,91** | 1.005.140,15 | **1.042.832,90** |
| 17215201000000 | Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal | 29.273,64 | 33.701,43 | 56.544,97 | 55.901,00 | **58.360,64** | 60.695,07 | **62.971,13** |
| 17215301000000 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Principal | 14.350,52 | 2.814,77 | 21.031,09 | 18.725,00 | **19.548,90** | 20.330,86 | **21.093,26** |
| **17230000000000** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS** | **257.514,00** | **250.329,60** | **298.788,20** | **90.189,00** | **94.157,32** | **97.923,61** | **101.595,74** |
| **17235000000000** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS** | **257.514,00** | **250.329,60** | **298.788,20** | **90.189,00** | **94.157,32** | **97.923,61** | **101.595,74** |
| **17235001000000** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Principal** | **257.514,00** | **250.329,60** | **298.788,20** | **90.189,00** | **94.157,32** | **97.923,61** | **101.595,74** |
| 17235001000001 | PSF - BI AtenMac Programa Saúde da Família Estadual | 126.000,00 | 115.500,00 | 126.000,00 | 53.151,00 | **55.489,64** | 57.709,23 | **59.873,33** |
| 17235001000002 | SAMU Estado | 131.514,00 | 134.615,90 | 172.788,20 | 37.038,00 | **38.667,67** | 40.214,38 | **41.722,42** |
| 17235001000099 | Outras Transferências de Rec. Sist. Único de Saúde - SUS | - | 213,70 | | - | - | - | - |
| **17240000000000** | **Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades** | **-** | **668.319,14** | **149.951,61** | **155.805,00** | **162.660,42** | **169.166,84** | **175.510,59** |
| **17245100000000** | **Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação** | **-** | **668.319,14** | **149.951,61** | **155.805,00** | **162.660,42** | **169.166,84** | **175.510,59** |
| **17245101000000** | **Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação – Principal** | **-** | **668.319,14** | **149.951,61** | **155.805,00** | **162.660,42** | **169.166,84** | **175.510,59** |
| 17245101000001 | Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação – PETE | - | 623.484,61 | - | - | - | - | - |
| 17245101000099 | Outras Transferências de Convênio do Estado | - | 44.834,53 | 149.951,61 | 155.805,00 | **162.660,42** | 169.166,84 | **175.510,59** |
| **17295100000000** | **Transferências de Estados destinadas à Assistência Social** | **-** | **71.000,00** | **87.141,46** | **72.010,00** | **75.178,44** | **78.185,58** | **81.117,54** |
| **17295101000000** | **Transferências de Estados destinadas à Assistência Social – Principal** | **-** | **71.000,00** | **87.141,46** | **72.010,00** | **75.178,44** | **78.185,58** | **81.117,54** |
| 17295101000001 | Tranferências Estaduais - Benefícios Eventuais - BE | - | 27.200,00 | 16.800,00 | 17.450,00 | **18.217,80** | 18.946,51 | **19.657,01** |
| 17295101000002 | Tranferências Estaduais - Piso Básico - PBF/PBV | - | 38.800,00 | 59.700,00 | 44.560,00 | **46.520,64** | 48.381,47 | **50.195,77** |
| 17295101000003 | Tranferências Estaduais - Índice de Gestão Descentralizada - IGDSUAS | - | 5.000,00 | 10.641,46 | 10.000,00 | **10.440,00** | 10.857,60 | **11.264,76** |
| **17295200000000** | **Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - principal** | **-** | **46.051,03** | **209.497,85** | **721.664,00** | **753.417,22** | **783.553,90** | **812.937,18** |
| 17295301000000 | Transferências de Recursos Destinados a programas de educação | - | 46.051,03 | 209.497,85 | 721.664,00 | **753.417,22** | 783.553,90 | **812.937,18** |
| **17299900000000** | **Outras Transferências dos Estados e DF** | **31.500,00** | **-** | **-** | **80.000,00** | **83.520,00** | **86.860,80** | **90.118,08** |
| **17299901000000** | **Outras Transferências dos Estados e DF – Principal** | **31.500,00** | **-** | **-** | **80.000,00** | **83.520,00** | **86.860,80** | **90.118,08** |
| 17299901000001 | Transferência Fies Lei 8632 | - | - | - | - | - | - | - |
| 17299901000002 | Transferência FCBA | - | - | - | - | - | - | - |
| 17299901000003 | Transferência FEAS | 31.500,00 | - | - | 30.000,00 | **31.320,00** | 32.572,80 | **33.794,28** |
| 17299901000099 | Demais Transferências do Estado | - | - | - | 50.000,00 | **52.200,00** | 54.288,00 | **56.323,80** |
| **17500000000000** | **Transferências de Outras Instituições Públicas** | **16.405.835,22** | **17.848.018,91** | **22.670.446,33** | **23.620.568,00** | **24.659.872,99** | **25.646.267,91** | **26.608.002,96** |
| **17510000000000** | **Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB** | **16.405.835,22** | **17.848.018,91** | **22.670.446,33** | **23.620.568,00** | **24.659.872,99** | **25.646.267,91** | **26.608.002,96** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **17515000000000** | **Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB** | **16.405.835,22** | **17.848.018,91** | **22.670.446,33** | **23.620.568,00** | **24.659.872,99** | **25.646.267,91** | **26.608.002,96** |
| 17515001000000 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – Principal | 16.405.835,22 | 17.848.018,91 | 22.670.446,33 | 23.620.568,00 | **24.659.872,99** | 25.646.267,91 | **26.608.002,96** |
| **17599900000000** | **Demais Transferências de Outras Instituições Públicas** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 17599901000000 | Demais Transferências de Outras Instituições Públicas – Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **19000000000000** | **Outras Receitas Correntes** | **80.406,02** | **4.631,06** | **93.886,13** | **88.717,00** | **92.620,55** | **96.325,37** | **99.937,57** |
| **19100000000000** | **Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais** | **1.000,00** | **1.500,00** | **7.500,00** | **5.000,00** | **5.220,00** | **5.428,80** | **5.632,38** |
| **19110000000000** | **Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais** | **1.000,00** | **1.500,00** | **7.500,00** | **5.000,00** | **5.220,00** | **5.428,80** | **5.632,38** |
| **19110700000000** | **Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas** | **1.000,00** | **1.500,00** | **7.500,00** | **5.000,00** | **5.220,00** | **5.428,80** | **5.632,38** |
| 19110701000000 | Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas – Principal | 1.000,00 | 1.500,00 | 7.500,00 | 5.000,00 | **5.220,00** | 5.428,80 | **5.632,38** |
| **19200000000000** | **Indenizações, Restituições e Ressarcimentos** | **34.947,55** | **3.131,06** | **86.386,13** | **82.717,00** | **86.356,55** | **89.810,81** | **93.178,72** |
| **19220000000000** | **Restituições** | **12.812,90** | **-** | **47.049,78** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| **19229900000000** | **Outras Restituições** | **12.812,90** | **-** | **47.049,78** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| 19229901000000 | Outras Restituições – Principal | 12.812,90 | - | 47.049,78 | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| **19230000000000** | **Ressarcimentos** | **22.134,65** | **3.131,06** | **39.336,35** | **81.717,00** | **85.312,55** | **88.725,05** | **92.052,24** |
| 19239901000000 | Outros Ressarcimentos – Principal | 22.134,65 | 3.131,06 | 39.336,35 | 81.717,00 | **85.312,55** | 88.725,05 | **92.052,24** |
| **19900000000000** | **Demais Receitas Correntes** | **44.458,47** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| **19999900000000** | **Outras Receitas** | **44.458,47** | **-** | **-** | **1.000,00** | **1.044,00** | **1.085,76** | **1.126,48** |
| 19999900000099 | Outras Receitas | 44.458,47 | - | - | 1.000,00 | **1.044,00** | 1.085,76 | **1.126,48** |
| **20000000000000** | **Receitas de Capital** | **4.902.958,05** | **9.080.761,65** | **6.948.391,35** | **20.106.487,00** | **20.449.562,00** | **21.267.544,48** | **22.065.077,40** |
| **21000000000000** | **Operações de Crédito** | **1.500.000,00** | **1.000.000,00** | **1.000.000,00** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **21100000000000** | **Operações de Crédito – Mercado Interno** | **1.500.000,00** | **1.000.000,00** | **1.000.000,00** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **21125400000000** | **Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública** | **1.500.000,00** | **1.000.000,00** | **1.000.000,00** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 21125401000000 | Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública – Principal | 1.500.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | - | - |
| **22100000000000** | **Alienação de Bens Móveis** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| 22130101000000 | Alienação de Bens Móveis e Semoventes – Principal | - | - | - | - | - | - | - |
| **24000000000000** | **Transferências de Capital** | **3.402.958,05** | **8.080.761,65** | **5.948.391,35** | **20.106.487,00** | **20.449.562,00** | **21.267.544,48** | **22.065.077,40** |
| **24100000000000** | **Transferências da União e de suas Entidades** | **3.402.958,05** | **8.080.761,65** | **5.948.391,35** | **20.106.487,00** | **20.449.562,00** | **21.267.544,48** | **22.065.077,40** |
| **24110000000000** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS** | **-** | **499.960,00** | **499.935,00** | **1.123.561,00** | **631.388,00** | **656.643,52** | **681.267,65** |
| 24110001000000 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Principal | - | 499.960,00 | 499.935,00 | 604.778,00 | 631.388,00 | 656.643,52 | 681.267,65 |
| 24115100000000 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS –Fundo a fundo | | | | 518.783,00 | 541.609,00 | 563.273,36 | 584.396,11 |
| **24125000000000** | **Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação** | **226.543,81** | **1.306.581,80** | **1.459.494,01** | **2.911.979,00** | **3.040.106,00** | **3.161.710,24** | **3.280.274,37** |
| **24125090000000** | **Outras transferências destinadas a Programas de Educação** | **226.543,81** | **1.306.581,80** | **1.459.494,01** | **2.911.979,00** | **3.040.106,00** | **3.161.710,24** | **3.280.274,37** |
| 24125091000000 | Outras transferências destinadas a Programas de Educação – Principal | 226.543,81 | 1.306.581,80 | 1.459.494,01 | 2.911.979,00 | 3.040.106,00 | 3.161.710,24 | 3.280.274,37 |
| **24140000000000** | **Transferências de Convênios da União e de suas Entidades** | **3.176.414,24** | **1.862.127,85** | **2.138.962,34** | **14.870.947,00** | **15.525.268,00** | **16.146.278,72** | **16.751.764,17** |
| **24140100000000** | **Transferências de Convênios da União e de suas Entidades** | **3.176.414,24** | **1.862.127,85** | **2.138.962,34** | **14.870.947,00** | **15.525.268,00** | **16.146.278,72** | **16.751.764,17** |
| **24140101000000** | **Transferências de Convênios da União e de suas Entidades – Principal** | **3.176.414,24** | **1.862.127,85** | **2.138.962,34** | **14.870.947,00** | **15.525.268,00** | **16.146.278,72** | **16.751.764,17** |
| 24140101000001 | Implantação de Melhorias Sanitárias | 148.203,00 | - | 599.205,47 | 2.996.027,32 | 3.127.853,00 | 3.252.967,12 | 3.374.953,39 |
| 24140101000002 | Implantação de Sistema de Abastecimento de Água | 892.673,10 | - | - | 2.635.683,16 | 2.751.653,00 | 2.861.719,12 | 2.969.033,59 |
| 24140101000003 | Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde | 26.998,75 | 251.198,85 | 159.199,26 | 422.999,00 | 441.611,00 | 459.275,44 | 476.498,27 |
| 24140101000004 | Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares | - | - | - | - | - | - | - |
| 24140101000005 | Pavimentação de Vias Públicas | 1.758.539,39 | 1.610.929,00 | 1.380.557,61 | 3.551.663,00 | 3.707.936,00 | 3.856.253,44 | 4.000.862,94 |
| 24140101000006 | Implantação de Sistema de Abastecimento de água em comunidades rurais | - | - | - | - | - | - | - |
| 24140101000007 | Adequação de Estradas Vicinais | - | - | | 4.603.100,00 | 4.805.636,00 | 4.997.861,44 | 5.185.281,24 |
| 24140101000008 | Aquisição de Patrulha Agricola com Implementos | - | - | - | - | - | - | - |
| 24140101000009 | Aquisição de Patrulha Mecanizada | - | - | - | - | - | - | - |
| 24140101000099 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | 350.000,00 | - | | 661.474,52 | 690.579,00 | 718.202,16 | 745.134,74 |
| **24190000000000** | **Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades** | **-** | **4.412.092,00** | **1.850.000,00** | **1.200.000,00** | **1.252.800,00** | **1.302.912,00** | **1.351.771,20** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 24195100000000 | Transferência Especial da União | - | 4.412.092,00 | 1.850.000,00 | 1.200.000,00 | 1.252.800,00 | 1.302.912,00 | 1.351.771,20 |
| **90000000000000** | **Dedução da Receita** | **- 6.160.607,85** | **- 6.412.374,30** | **- 7.628.119,37** | **- 9.156.795,80** | **- 9.559.694,82** | **- 9.942.082,61** | **- 10.314.910,71** |
| **97000000000000** | **Dedução da Receita Corrente** | **- 6.160.607,85** | **- 6.412.374,30** | **- 7.628.119,37** | **- 9.156.795,80** | **- 9.559.694,82** | **- 9.942.082,61** | **- 10.314.910,71** |
| **97100000000000** | **Dedução da Receita Corrente - União** | **- 4.905.081,15** | **- 5.035.736,67** | **- 5.841.614,58** | **- 7.274.815,00** | **- 7.594.906,86** | **- 7.898.703,13** | **- 8.194.904,50** |
| 97180121000000 | Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM | - 4.903.501,44 | - 5.034.344,11 | - 5.838.505,89 | - 7.269.161,20 | - 7.589.004,29 | - 7.892.564,46 | - 8.188.535,63 |
| 97180151000000 | Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR | - 1.579,71 | - 1.392,56 | - 3.108,69 | - 5.653,80 | - 5.902,57 | - 6.138,67 | - 6.368,87 |
| 97180611000000 | Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS - Desoneração | - | - | | - | - | - | - |
| 97182511000000 | Restituições de Receitas Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - |
| **97200000000000** | **Dedução da Receita Corrente - Estado** | **- 1.255.526,70** | **- 1.376.637,63** | **- 1.786.504,79** | **- 1.881.980,80** | **- 1.964.787,96** | **- 2.043.379,47** | **- 2.120.006,20** |
| 97280111000000 | Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS | - 1.111.299,62 | - 1.180.469,55 | - 1.593.503,49 | - 1.696.831,20 | - 1.771.491,77 | - 1.842.351,44 | - 1.911.439,62 |
| 97280121000000 | Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA | - 144.227,08 | - 186.957,88 | - 193.001,30 | - 185.149,60 | - 193.296,18 | - 201.028,03 | - 208.566,58 |
| 97295301000000 | Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS - LC n° 194/2022 | - | - 9.210,20 | - | - | - | - | - |
| **RCL** | | **70.893.841,84** | **82.811.377,90** | **102.975.005,97** | **114.833.495,20** | **119.873.418,62** | **124.641.736,87** | **129.315.802,00** |
| **TOTAL GERAL** | | **75.796.799,89** | **91.892.139,55** | **109.923.397,32** | **134.939.982,20** | **140.322.980,62** | **145.909.281,35** | **151.380.879,40** |

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CALCULO PROJEÇÃO RECEITA E DESPESA
**2026**

R$ 1,00

| ACIMA DA LINHA | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITAS PRIMÁRIAS** | **RECEITAS REALIZADAS** | | | | | | |
| | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** |
| RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 70.893.841,84 | 82.811.377,90 | 102.975.005,97 | 114.833.495,20 | 119.873.418,62 | 124.641.736,87 | 129.315.802,00 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 4.903.857,79 | 6.449.945,35 | 7.558.421,07 | 7.912.957,00 | 8.248.376,74 | 8.578.311,81 | 8.899.998,50 |
| IPTU | 253.259,36 | 271.706,69 | 219.605,73 | 65.312,00 | 68.185,73 | 70.913,16 | 73.572,40 |
| ISS | 2.223.836,76 | 3.098.317,58 | 3.224.657,31 | 3.625.323,00 | 3.784.837,21 | 3.936.230,70 | 4.083.839,35 |
| ITBI | 153.461,14 | 156.872,69 | 136.657,43 | 196.764,00 | 205.421,62 | 213.638,48 | 221.649,92 |
| IRRF | 1.423.763,55 | 1.483.415,37 | 2.468.846,75 | 2.061.553,00 | 2.139.510,96 | 2.225.091,40 | 2.308.532,33 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 849.536,98 | 1.439.633,02 | 1.508.653,85 | 1.964.005,00 | 2.050.421,22 | 2.132.438,07 | 2.212.404,50 |
| Contribuições | | | | | - | - | - |
| **Receita Patrimonial** | **861.872,47** | **691.673,19** | **1.419.680,18** | **1.545.975,00** | **1.613.997,90** | **1.678.557,82** | **1.741.503,73** |
| Aplicações Financeiras (II) | 861.872,47 | 691.673,19 | 1.419.680,18 | 1.545.975,00 | 1.613.997,90 | 1.678.557,82 | 1.741.503,73 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | - | - | - | - | - |
| **Receita de Serviços** | **-** | **-** | **1.117,32** | **2.000,00** | **2.088,00** | **2.171,52** | **2.252,95** |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | | 1.117,32 | 2.000,00 | 2.088,00 | 2.171,52 | 2.252,95 |
| **Transferências Correntes** | **65.046.458,57** | **75.661.716,66** | **93.901.901,27** | **105.283.846,20** | **109.916.335,43** | **114.286.370,36** | **118.572.109,25** |
| Cota-Parte do FPM | 21.880.708,52 | 22.621.416,72 | 26.367.761,15 | 31.579.634,80 | 32.969.138,73 | 34.287.904,28 | 35.573.700,69 |
| Cota-Parte do ICMS | 4.445.199,53 | 4.721.879,34 | 6.374.015,19 | 7.787.698,80 | 8.130.357,55 | 8.455.571,85 | 8.772.655,79 |
| Cota-Parte do IPVA | 576.912,77 | 747.836,26 | 772.009,69 | 740.598,40 | 773.184,73 | 804.112,12 | 834.266,32 |
| Cota-Parte do ITR | 6.319,28 | 5.570,70 | 12.435,43 | 22.615,20 | 23.610,27 | 24.554,68 | 25.475,48 |
| Transferências da LC 61/1989 | 29.273,64 | 33.701,43 | 56.544,97 | 55.901,00 | 58.360,64 | 60.695,07 | 62.971,13 |
| Transferências do FUNDEB | 27.585.451,54 | 29.214.796,99 | 41.996.559,10 | 44.892.195,00 | 46.867.451,58 | 48.742.149,64 | 50.569.980,25 |
| Outras Transferências Correntes | 10.522.593,29 | 18.316.515,22 | 18.322.575,74 | 20.205.203,00 | 21.094.231,93 | 21.911.382,72 | 22.733.059,57 |
| **Demais Receitas Correntes** | **81.653,01** | **8.042,70** | **93.886,13** | **88.717,00** | **92.620,55** | **96.325,37** | **99.937,57** |
| Outras Receitas Financeiras (III) | | | | | - | - | - |
| Receitas Correntes Restantes | 81.653,01 | 8.042,70 | 93.886,13 | 88.717,00 | 92.620,55 | 96.325,37 | 99.937,57 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]** | **70.031.969,37** | **82.119.704,71** | **101.555.325,79** | **113.287.520,20** | **118.259.420,72** | **122.963.179,06** | **127.574.298,27** |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V) | | | | - | - | - | - |
| RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI) | | | | - | - | - | - |
| **RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)** | **4.902.958,05** | **9.080.761,65** | **6.948.391,35** | **20.106.487,00** | **20.449.562,00** | **21.267.544,48** | **22.065.077,40** |
| Operações de Crédito (VIII) | 1.500.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos (IX) | | | | - | - | - | - |
| **Alienação de Bens** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X) | | | - | - | - | - | - |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI) | | | - | - | - | - | - |
| Outras Alienações de Bens | | | - | - | - | - | - |
| **Transferências de Capital** | **3.402.958,05** | **8.080.761,65** | **5.948.391,35** | **20.106.487,00** | **20.449.562,00** | **21.267.544,48** | **22.065.077,40** |
| Convênios | 3.176.414,24 | 1.862.127,85 | 2.138.962,34 | 14.870.947,00 | 15.525.268,00 | 16.146.278,72 | 16.751.764,17 |
| Outras Transferências de Capital | 226.543,81 | 6.218.633,80 | 3.809.429,01 | 5.235.540,00 | 4.924.294,00 | 5.121.265,76 | 5.313.313,23 |
| **Outras Receitas de Capital** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII) | | | | | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital Primárias | | | | - | - | - | - |
| RECEITA Intra- Orçamentária | | | | - | - | - | - |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]** | **3.402.958,05** | **8.080.761,65** | **5.948.391,35** | **20.106.487,00** | **20.449.562,00** | **21.267.544,48** | **22.065.077,40** |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV) | | | | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV) | | | | - | - | - | - |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)** | **73.434.927,42** | **90.200.466,36** | **107.503.717,14** | **133.394.007,20** | **138.708.982,72** | **144.230.723,54** | **149.639.375,67** |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)** | **73.434.927,42** | **90.200.466,36** | **107.503.717,14** | **133.394.007,20** | **138.708.982,72** | **144.230.723,54** | **149.639.375,67** |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (COM FONTE RPPS)** | - | - | - | - | - | - | - |
| **RECEITA TOTAL** | **75.796.799,89** | **91.892.139,55** | **109.923.397,32** | **134.939.982,20** | **140.322.980,62** | **145.909.281,35** | **151.380.879,40** |
| **RECEITA TOTAL COM RPPS** | - | - | - | | | | |

-

| **DESPESAS PRIMÁRIAS** | **DESPESAS PAGAS** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** |
| DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII) | 65.032.691,80 | 73.862.222,08 | 87.443.298,15 | 103.742.026,53 | 108.306.675,70 | 112.638.942,73 | 116.237.131,09 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 28.957.547,09 | 32.561.198,15 | 39.140.439,66 | 47.839.515,00 | 49.944.453,66 | 51.942.231,81 | 53.890.065,50 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIX) | 1.128.554,45 | 1.237.126,68 | 1.075.026,69 | 1.122.000,00 | 1.171.368,00 | 1.218.222,72 | 1.263.906,07 |
| Outras Despesas Correntes | 34.946.590,26 | 40.063.897,25 | 47.227.831,80 | 54.780.511,53 | 57.190.854,04 | 59.478.488,20 | 61.083.159,52 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX) | 63.904.137,35 | 72.625.095,40 | 86.368.271,46 | 102.620.026,53 | 107.135.307,70 | 111.420.720,01 | 114.973.225,02 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI) | | | | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII) | | | | - | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII) | 10.293.327,18 | 9.863.894,40 | 20.649.846,35 | 30.997.955,67 | 32.361.865,72 | 33.656.340,35 | 34.918.453,11 |
| Investimentos | 8.848.150,40 | 7.867.858,03 | 18.510.099,24 | 28.447.456,47 | 29.699.144,55 | 30.887.110,34 | 32.045.376,97 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV) | | | | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV) | | | | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Crédito (XXVI) | | | | - | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras | | | | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida (XXVII) | 1.445.176,78 | 1.996.036,37 | 2.139.747,11 | 2.550.499,20 | 2.662.721,16 | 2.769.230,01 | 2.873.076,14 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)] | 8.848.150,40 | 7.867.858,03 | 18.510.099,24 | 28.447.456,47 | 29.699.144,55 | 30.887.110,34 | 32.045.376,97 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX) | | | | 200.000,00 | 208.800,00 | 217.152,00 | 225.295,20 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX) | | | | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI) | | | | - | - | - | - |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)** | **72.752.287,75** | **80.492.953,43** | **104.878.370,70** | **131.267.483,00** | **137.043.252,25** | **142.524.982,34** | **147.243.897,19** |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (COM FONTES RPPS)** | - | - | - | - | - | - | - |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)** | **72.752.287,75** | **80.492.953,43** | **104.878.370,70** | **131.267.483,00** | **137.043.252,25** | **142.524.982,34** | **147.243.897,19** |
| **DESPESA TOTAL** | **75.326.018,98** | **83.726.116,48** | **108.093.144,50** | **134.939.982,20** | **140.877.341,42** | **146.512.435,07** | **151.380.879,40** |
| **DESPESA TOTAL COM FONTE RPPS** | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS | 1.576.040,16 | 913.681,81 | 387.546,48 | 1.915,63 | 380.000,00 | 396.720,00 | 412.588,80 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS | 1.916.417,37 | 786.339,93 | 1.288.677,68 | 1.360.582,29 | 800.000,00 | 832.000,00 | 863.200,00 |
| | | | | - | - | - | - |
| **RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVI - (XXXII +RPPPAGO + RPNPPAGO)]** | - **2.809.817,86** | **8.007.491,19** | **949.122,28** | **764.026,28** | **485.730,46** | **477.021,19** | **1.119.689,68** |
| **RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVII - (XXXIII +RPPPAGO + RPNPPAGO)]** | - **2.809.817,86** | **8.007.491,19** | **949.122,28** | **764.026,28** | **485.730,46** | **477.021,19** | **1.119.689,68** |

| **JUROS NOMINAIS** | VALOR INCORRIDO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI) | 4.104.752,46 | 691.373,19 | 1.419.680,18 | 1.545.975,00 | 1.616.997,90 | 1.681.677,82 | 1.744.740,73 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII) | 1.838.923,73 | 1.237.126,68 | 2.092.256,75 | 1.122.000,00 | 1.171.368,00 | 1.218.222,72 | 1.263.906,07 |
| | | | | | | | |
| **RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)** | - **543.989,13** | **7.461.737,70** | **276.545,71** | **1.188.001,28** | **931.360,36** | **940.476,29** | **1.600.524,34** |

| ABAIXO DA LINHA | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL | SALDO DA DÍVIDA | | | | | | |
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX) | 33.141.927,99 | 33.596.628,48 | 33.615.352,62 | 31.064.853,42 | 28.402.132,26 | 25.632.902,24 | 22.759.826,11 |
| DEDUÇÕES (XL) | 3.665.252,91 | 10.543.337,17 | 11.206.956,33 | 10.441.325,48 | 10.900.743,80 | 11.336.773,55 | 11.761.902,56 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.665.252,91 | 10.543.337,17 | 11.206.956,33 | 10.441.325,48 | 10.900.743,80 | 11.336.773,55 | 11.761.902,56 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 4.841.202,19 | 11.176.799,84 | 11.502.346,42 | 11.268.118,00 | 11.763.915,19 | 12.234.471,80 | 12.693.264,49 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XLI) | 914.097,44 | 387.546,48 | 1.915,63 | 380.000,00 | 396.720,00 | 412.588,80 | 428.060,88 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 370.051,84 | 245.916,19 | 431.641,89 | 446.792,52 | 466.451,39 | 485.109,45 | 503.301,05 |
| Demais Haveres Financeiros | 108.200,00 | | 138.167,43 | | | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL) | 29.476.675,08 | 23.053.291,31 | 22.408.396,29 | 20.623.527,94 | 17.501.388,45 | 14.296.128,69 | 10.997.923,55 |
| **RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLII a- XLIIb)** | - 4.863.624,69 | 6.423.383,77 | 644.895,02 | 1.784.868,35 | 3.122.139,49 | 3.205.259,76 | 3.298.205,15 |

| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS PAGO** | 3.492.457,53 | 1.700.021,74 | 1.676.224,16 | 1.362.497,92 | 1.180.000,00 | 1.228.720,00 | 1.275.788,80 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | 70.893.841,84 | 76.512.631,81 | 100.171.164,47 | 111.919.949,20 | 116.831.676,62 | 121.478.325,19 | 126.033.762,38 |
| **RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS** | 914.097,44 | 387.546,48 | 1.915,63 | 380.000,00 | 396.720,00 | 412.588,80 | 428.060,88 |

| **DESCRIÇÃO** | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **DC PREVISÃO DE PAGAMENTO** | | | 2.681.816,20 | 2.550.499,20 | 2.662.721,16 | 2.769.230,01 | 2.873.076,14 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
**2026**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2026 | | | | 2027 | | | | 2028 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB | % RCL | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB | % RCL | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB | % RCL |
| | (b) | | (b / PIB) x 100 | (b / ) x 100 | (c) | | (c / PIB) x 100 | (c / RCL) x 100 | (c) | | (c / PIB) x 100 | (c / ) x 100 |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 140.322.980,62 | 134.408.985,27 | 0,03 | 120,11 | 145.909.281,35 | 134.384.469,27 | 0,03 | 110,62 | 151.380.879,40 | 134.384.469,27 | 0,03 | 106,63 |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 138.708.982,72 | 132.863.010,27 | 0,03 | 118,73 | 144.230.723,54 | 132.838.494,27 | 0,03 | 109,35 | 149.639.375,67 | 132.838.494,27 | 0,03 | 105,40 |
| Receitas Primárias Correntes | 118.259.420,72 | 113.275.307,20 | 0,02 | 101,22 | 122.963.179,06 | 113.250.791,20 | 0,02 | 93,23 | 127.574.298,27 | 113.250.791,20 | 0,02 | 89,86 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 8.248.376,74 | 7.900.744,00 | 0,00 | 7,06 | 8.578.311,81 | 7.900.744,00 | 0,00 | 6,50 | 8.899.998,50 | 7.900.744,00 | 0,00 | 6,27 |
| Transferências Correntes | 109.916.335,43 | 105.283.846,20 | 0,02 | 94,08 | 114.286.370,36 | 105.259.330,20 | 0,02 | 86,65 | 118.572.109,25 | 105.259.330,20 | 0,02 | 83,52 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 92.620,55 | 88.717,00 | 0,00 | 0,08 | 96.325,37 | 88.717,00 | 0,00 | 0,07 | 99.937,57 | 88.717,00 | 0,00 | 0,07 |
| Receitas Primárias de Capital | 20.449.562,00 | 19.587.703,07 | 0,00 | 17,50 | 21.267.544,48 | 19.587.703,07 | 0,00 | 16,12 | 22.065.077,40 | 19.587.703,07 | 0,00 | 15,54 |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) | 140.877.341,42 | 134.939.982,20 | 0,03 | 120,58 | 146.512.435,07 | 134.939.982,20 | 0,03 | 111,08 | 151.380.879,40 | 134.384.469,27 | 0,03 | 106,63 |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II) | 137.043.252,25 | 131.267.483,00 | 0,03 | 117,30 | 142.524.982,34 | 131.267.483,00 | 0,03 | 108,06 | 147.243.897,19 | 130.711.970,07 | 0,03 | 103,71 |
| Despesas Primárias Correntes | 107.135.307,70 | 102.620.026,53 | 0,02 | 91,70 | 111.420.720,01 | 102.620.026,53 | 0,02 | 84,48 | 114.973.225,02 | 102.064.513,60 | 0,02 | 80,98 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 49.944.453,66 | 47.839.515,00 | 0,01 | 42,75 | 51.942.231,81 | 47.839.515,00 | 0,01 | 39,38 | 53.890.065,50 | 47.839.515,00 | 0,01 | 37,96 |
| Outras Despesas Correntes | 57.190.854,04 | 54.780.511,53 | 0,01 | 48,95 | 59.478.488,20 | 54.780.511,53 | 0,01 | 45,09 | 61.083.159,52 | 54.224.998,60 | 0,01 | 43,02 |
| Despesas Primárias de Capital | 29.699.144,55 | 28.447.456,47 | 0,01 | 25,42 | 30.887.110,34 | 28.447.456,47 | 0,01 | 23,42 | 32.045.376,97 | 28.447.456,47 | 0,01 | 22,57 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 1.180.000,00 | 1.130.268,20 | 0,00 | 1,01 | 1.228.720,00 | 1.131.668,14 | 0,00 | 0,93 | 1.275.788,80 | 1.132.548,59 | 0,00 | 0,90 |
| Receita Total (COM FONTES RPPS) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | 485.730,46 | 465.259,07 | 0,00 | 0,42 | 477.021,19 | 439.343,13 | 0,00 | 0,36 | 1.119.689,68 | 993.975,62 | 0,00 | 0,79 |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | 485.730,46 | 465.259,07 | 0,00 | 0,42 | 477.021,19 | 439.343,13 | 0,00 | 0,36 | 1.119.689,68 | 993.975,62 | 0,00 | 0,79 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) | 1.616.997,90 | 1.548.848,56 | 0,00 | 1,38 | 1.681.677,82 | 1.548.848,56 | 0,00 | 1,27 | 1.744.740,73 | 1.548.848,56 | 0,00 | 1,23 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) | 1.171.368,00 | 1.122.000,00 | 0,00 | 1,00 | 1.218.222,72 | 1.122.000,00 | 0,00 | 0,92 | 1.263.906,07 | 1.122.000,00 | 0,00 | 0,89 |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 28.402.132,26 | 27.205.107,52 | 0,01 | 24,31 | 25.632.902,24 | 23.608.258,03 | 0,00 | 19,43 | 22.759.826,11 | 20.204.448,30 | 0,00 | 16,03 |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 17.501.388,45 | 16.763.782,04 | 0,00 | 14,98 | 14.296.128,69 | 13.166.932,56 | 0,00 | 10,84 | 10.997.923,55 | 9.763.122,82 | 0,00 | 7,75 |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha | 3.122.139,49 | 2.990.555,06 | 0,00 | 2,67 | 3.205.259,76 | 2.952.088,64 | 0,00 | 2,43 | 3.298.205,15 | 2.927.896,51 | 0,00 | 2,32 |

FONTE: Anexo VI RREO 2022 a 2024, Anexo II RGF 2022 A 2023 ,Projeção das Receitas para 2025, 2026, 20 e 2027

**2026 - Indice de deflação:**
{ 1+ (Taxa de Inflação de 2026/100)}
{1+ (4,40/100)} = 0,044
**1,044**

**2027 - Indice de deflação:**
{ 1+ (Taxa de Inflação de 2026/100)}x{1+(Taxa de Inflação de 2027/100)}
{1+ (4,40/100)} x {1+(4,0/100)}
{1+0,044} x{1+0,04} = {1,044}x {1,04} = 1,08576

**2028 - Indice de deflação:**
{ 1+ (Taxa de Inflação de 2026/100)}x{1+(Taxa de Inflação de 2027/100)}x{1+(Taxa de Inflação de 2028/100)}
{1+ (4,40/100)} x {1+(4,0/100)}x{1+(3,75/100)}
{1+0,044} x{1+0,04}x{1+0,0375}
1,044x1,04x1,0375 = 1,126476

NOTA: A metodologia de cálculo do resultado primário considera os valores das receitas e despesas primárias, excluindo aquelas previstas e realizadas com fontes de recursos do RPPS, e o resultado deve ser apurado pelo ótica acima da linha. Essa metodologia encontra-se descrita no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO.

| Parâmetros | 2026 | 2027 | 2028 |
|---|---|---|---|
| PIB Ba em bilhões | 507.736.620.000,00 | 520.430.035.500,00 | 532.920.356.352,00 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 116.831.676,62 | 121.478.325,19 | 126.033.762,38 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**
**2026**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2024 (a) | % PIB | % RCL | Realizada em 2024 (a) | % PIB | % RCL | Variação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 120.741.918,00 | 0,37 | 121,53 | 109.923.397,32 | 0,02 | 109,74 | -10.818.520,68 | -8,96 |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 118.986.807,07 | 0,36 | 119,77 | 107.503.717,14 | 0,02 | 107,32 | -11.483.089,93 | -9,65 |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) | 120.741.918,00 | 0,37 | 121,53 | 108.093.144,50 | 0,02 | 107,91 | -12.648.773,50 | -10,48 |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II) | 117.514.633,48 | 0,36 | 118,29 | 104.878.370,70 | 0,02 | 104,70 | -12.636.262,78 | -10,75 |
| Receita Total (COM FONTES RPPS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | 1.084.627,11 | 0,00 | 1,09 | 949.122,28 | 0,00 | 0,95 | -135.504,83 | -12,49 |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | 1.084.627,11 | 0,00 | 1,09 | 949.122,28 | 0,00 | 0,95 | -135.504,83 | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 31.579.343,96 | 0,10 | 31,79 | 33.615.352,62 | 0,01 | 33,56 | 2.036.008,66 | 6,45 |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 20.640.631,65 | 0,06 | 20,78 | 22.408.396,29 | 0,00 | 22,37 | 1.767.764,64 | 8,56 |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | 2.412.659,66 | 0,01 | 2,43 | 644.895,02 | 0,00 | 0,64 | -1.767.764,64 | -73,27 |

FONTE: Anexo VI RREO 2024, Anexo II RGF 2024 ,Demonstrativo de receita 2023, Demonstrativo de despesa sintético 2023, Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa - Anexo 16

NOTA: Até o exercício de 2022, a meta do resultado nominal era definida e acompanhada pela metodologia acima da linha. A partir do exercício de 2023, o resultado nominal deve ser calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do ano anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Para apuração do resultado nominal pela metodologia abiaxo da linha, não devem ser considerados os valores das dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS do ente

A metodologia de cálculo do resultado primário considera os valores das receitas e despesas primárias, excluindo aquelas previstas e realizadas com fontes de recursos do RPPS, e o resultado deve ser apurado pelo ótica acima da linha. Essa metodologia encontra-se descrita no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**
**2026**

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % | 2028 | % |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 94.522.403,60 | 25,71 | 120.741.918,00 | 27,74 | 134.939.982,20 | 11,76 | 140.322.980,62 | 3,99 | 145.909.281,35 | 3,98 | 151.380.879,40 | 3,75 |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 91.596.132,60 | 24,12 | 118.986.807,07 | 29,90 | 133.394.007,20 | 12,11 | 138.708.982,72 | 3,98 | 144.230.723,54 | 3,98 | 149.639.375,67 | 3,75 |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) | 94.522.403,60 | 25,71 | 120.741.918,00 | 27,74 | 134.939.982,20 | 11,76 | 140.877.341,42 | 4,40 | 146.512.435,07 | 4,00 | 151.380.879,40 | 3,32 |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II) | 91.601.403,60 | 24,14 | 117.514.633,48 | 28,29 | 131.267.483,00 | 11,70 | 137.043.252,25 | 4,40 | 142.524.982,34 | 4,00 | 147.243.897,19 | 3,31 |
| Receita Total (COM FONTES RPPS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | -5.271,00 | -100,39 | 1.084.627,11 | - 20.677,25 | 764.026,28 | - 29,56 | 485.730,46 | - 36,42 | 477.021,19 | - 1,79 | 1.119.689,68 | 134,73 |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | -5.271,00 | -100,39 | 1.084.627,11 | - 20.677,25 | 764.026,28 | - 29,56 | 485.730,46 | - 36,42 | 477.021,19 | - 1,79 | 1.119.689,68 | 134,73 |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 31.299.927,99 | 16,73 | 31.579.343,96 | 0,89 | 29.491.252,75 | - 6,61 | 28.402.132,26 | - 3,69 | 25.632.902,24 | - 9,75 | 22.759.826,11 | - 11,21 |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 29.278.030,71 | 34,85 | 20.640.631,65 | - 29,50 | 18.168.591,64 | - 11,98 | 17.501.388,45 | - 3,67 | 14.296.128,69 | - 18,31 | 10.997.923,55 | - 23,07 |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | -7.565.745,72 | -505,84 | 2.412.659,66 | - 131,89 | 2.472.040,01 | 2,46 | 667.203,19 | - 73,01 | 3.205.259,76 | 380,40 | 3.298.205,15 | 2,90 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % | 2028 | % |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) | 89.256.282,91 | 22,86 | 116.075.675,83 | 30,05 | 130.364.198,82 | 12,31 | 134.408.985,27 | 3,10 | 134.384.469,27 | - 0,02 | 134.384.469,27 | - |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I) | 86.493.043,06 | 21,31 | 114.388.393,65 | 32,25 | 128.870.647,47 | 12,66 | 132.863.010,27 | 3,10 | 132.838.494,27 | - 0,02 | 132.838.494,27 | - |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) | 89.256.282,91 | 22,86 | 116.075.675,83 | 30,05 | 130.364.198,82 | 12,31 | 134.939.982,20 | 3,51 | 134.939.982,20 | - | 134.384.469,27 | - 0,41 |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (III) | 86.498.020,40 | 21,33 | 112.973.114,29 | 30,61 | 126.816.233,21 | 12,25 | 131.267.483,00 | 3,51 | 131.267.483,00 | - | 130.711.970,07 | - 0,42 |
| Receita Total (COM FONTES RPPS) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II) | - 4.977,34 | - 100,38 | 1.042.710,16 | - 21.049,16 | 738.118,33 | - 29,21 | 465.259,07 | - 36,97 | 439.343,13 | - 5,57 | 993.975,62 | 126,24 |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV) | - 4.977,34 | - 100,38 | 1.042.710,16 | - 21.049,16 | 738.118,33 | - 29,21 | 465.259,07 | - 36,97 | 439.343,13 | - 5,57 | 993.975,62 | 126,24 |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 29.556.117,08 | 14,08 | 30.358.915,55 | 2,72 | 28.491.211,24 | - 6,15 | 27.205.107,52 | - 4,51 | 23.608.258,03 | - 13,22 | 20.204.448,30 | - 14,42 |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 27.646.865,64 | 31,79 | 19.842.945,25 | - 28,23 | 17.552.498,93 | - 11,54 | 16.763.782,04 | - 4,49 | 13.166.932,56 | - 21,46 | 9.763.122,82 | - 25,85 |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | - 7.144.235,81 | - 496,64 | 2.319.419,02 | - 132,47 | 2.388.213,71 | 2,97 | 639.083,51 | - 73,24 | 2.952.088,64 | 361,93 | 2.927.896,51 | - 0,82 |

FONTE: LOA 2023, LOA 2024, LOA 2025, ESTUDO DA RECEITA PARA 2026, 2027 E 2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**2026**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2024 | % | 2023 | % | 2022 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Patrimônio/Capital | 82.913.637,39 | 79,09% | 67.722.729,39 | 81,68% | 59.681.054,17 | 88,13% |
| Reservas | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 21.919.824,71 | 20,91% | 15.190.908,00 | 18,32% | 8.041.675,22 | 11,87% |
| TOTAL | 104.833.462,10 | 100,00% | 82.913.637,39 | 100,00% | 67.722.729,39 | 100,00% |

| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **2023** | **%** | **2022** | **%** | **2022** | **%** |
| Patrimônio | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | |
| Reservas | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |

;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**2026**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2024 (a) | 2023 (b) | 2022 (c) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | |

| DESPESAS EXECUTADAS | 2024 (d) | 2023 (e) | 2022 (f) |
|---|---|---|---|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | | | |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |

| SALDO FINANCEIRO | 2024 (g) = ((Ia – IId) + IIIh) | 2023 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi) | 2022 (i) = (Ic – IIf) |
|---|---|---|---|
| VALOR (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Anexo XI - Relatório de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022,2023 e 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
**2026**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS**

**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas Imobiliárias | | NADA CONSTA | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)** | | | |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Benefícios | | | |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | NADA CONSTA | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)** | | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)** [2] | | | |
| **RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **2022** | **2023** | **2024** |
| VALOR | | | |
| **RESERVA ORCAMENTÁRIA DO RPPS** | **2022** | **2023** | **2024** |
| VALOR | | | |
| **APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | NADA CONSTA | |
| Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira | | | |
| **BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | NADA CONSTA | |
| Outro Bens e Direitos | | | |

**FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES (VII) | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas Imobiliárias | | NADA CONSTA | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Financeira entre os regimes | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)** | | | |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Benefícios | | | |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | NADA CONSTA | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)** | | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)** [2] | | | |
| **APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | NADA CONSTA | |
| **BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | NADA CONSTA | |
| Outro Bens e Direitos | | | |

**ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS**

| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| Receitas Correntes (XII) | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)** | | | |
| **DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Despesas Correntes (XIII) | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | |
| Demais Despesas Correntes | | NADA CONSTA | |
| Despesas de Capital (XIV) | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)** | | | |
| **RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)** [3] | | | |
| **BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | NADA CONSTA | |
| Outro Bens e Direitos | | | |

**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| Contribuições dos Servidores | | | |
| Demais Receitas Previdenciárias | | NADA CONSTA | |
| **TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)** | | | |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)** | **2022** | **2023** | **2024** |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões | | NADA CONSTA | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)** | | | |
| **RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)** [3] | | | |

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|---|---|---|---|---|
| | | | NADA CONSTA | |

**FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)**

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|---|---|---|---|---|
| | | | NADA CONSTA | |

FONTE: Anexo IV - Relatório de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022,2023 e 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**2026**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | |
| | | | NADA A DECLARAR | | | |
| TOTAL | | | | | | - |

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

| EVENTOS | 2026 |
|---|---|
| Aumento Permanente da Receita | 6.607.745,81 |
| (-) Transferências Constitucionais | 4.632.489,23 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 1.975.256,58 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 5.225.066,21 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 0,00 |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 5.225.066,21 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 1.382.679,61 |
| Novas DOCC | 1.382.679,61 |
| Novas DOCC geradas por PPP | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 3.842.386,60 |

FONTE: METODOLOGIA DE CALCULO PROJEÇÃO RECEITA E DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**
**2026**

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDENCIAS | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | | Precatório | 0,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | 125.280,00 | Aumento de Salario minimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal ; Amortizacão da dívida | 208.800,00 |
| Outros riscos e eventos fiscais imprevistos | 83.520,00 | Epidemia, pandemia, desastres, decisões judiciais imprevistas | |
| **SUBTOTAL** | **208.800,00** | **SUBTOTAL** | **208.800,00** |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDENCIAS | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 0,00 | | 0,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | 0,00 | | 0,00 |
| Discrepância de Projeções: | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Riscos Fiscais | 0,00 | | 0,00 |
| **SUBTOTAL** | **0,00** | **SUBTOTAL** | **0,00** |
| **TOTAL** | **208.800,00** | **TOTAL** | **208.800,00** |